

Temor infundado

EM TEMPOS que hoje nos parecem remotos, preços de combustíveis e índices de inflação andavam de mãos dadas. Essa associação deve ter permanecido guardada num esconinho da memória popular e corre o risco de agora voltar ao primeiro plano. Em outras palavras, está em circulação o temor de que o empréstimo compulsório sobre o consumo de gasolina signifique a volta — ou o começo da volta — da inflação galopante.

ENTENDE-SE a preocupação. Mas ela simplesmente não procede, pelo seguinte:

1. O ACRÉSCIMO restituível sobre o preço não entra no cômputo do índice da inflação. E não entra porque não representa um novo preço, e sim o antigo ao qual se soma uma contribuição temporária do proprietário de automóvel, e não de todo o povo.

PODE-SE alegar, com razão, que o processo de efetuar a devolução dessa poupança forçada não está nem de longe entendido de forma satisfatória, e que faz com que o consumidor atingido pela medida veja nela na verdade uma forma disfarçada de tributação. Tecnicamente, porém, não há como incluir o empréstimo compulsório entre os dados para avaliação do custo de vida, conforme defende o Governo, que nem por outro motivo escolheu tal caminho.

EMBORA temporário, reconhece-se que esse acréscimo é um sacrifício. Mas é preciso ter em mente, também, que o sacrifício está sendo solicitado de uma parcela minoritária do povo, para o presumido benefício da totalidade — sem esquecer que cada um se sacrificará na medida que desejar, e terá até vantagem se decidir manter o seu consumo abaixo da média estatística que fornecerá a base da restituição.

2. NA GRANDE maioria dos casos, o empréstimo compulsório sobre o consumo de gasolina e álcool não repercute em outros produtos, porque o Governo teve o cuidado de dele excluir o óleo diesel, responsável por quase todo o transporte comercial rodoviário. Alguns produtos, é certo, chegam ao consumidor queimando gasolina. No entanto, segundo cálculos oficiais, eles não somam mais do que 13 por cento do total. Considerando-se que o combustível consumido afeta o preço final num índice de 4 por cento, constata-se um impacto inflacionário indireto mínimo.

AINDA haverá os que se queixarão. Sempre os há — e exercem direito inquestionável. Mas a estes, lembremos que a contribuição compulsória sobre álcool e gasolina e sobre a compra de veículos, assim como a taxa do dólar e da passagem aérea internacional, devem ser vistas em termos relativos. A partir do princípio de que o dinheiro não brota do chão — e

de que já excluímos, por consenso nacional, as opções de ir buscá-lo no exterior a preço exorbitante e de fazer rodar arbitrariamente as máquinas da Casa da Moeda — a decisão de apanhá-lo nos bolsos de quem tem mais sob a promessa de usá-lo para fornecer alimentação, casa e ensino à grande massa que nada tem ampara-se numa perspectiva de justiça social.

AS fontes de recursos que as novas medidas econômicas estão obtendo junto às pessoas físicas representam itens de consumo opcionais ou, pelo menos, reguláveis segundo a vontade individual. E os programas que vão ajudar a pôr em movimento se destinam àqueles que até hoje não tiveram outra opção se não a de sofrer em silêncio o desatendimento de suas necessidades fundamentais.

ESTÁ NA hora de todos compreenderem que o Plano Cruzado não poderia se resumir à estabilização da moeda. Ele na verdade só encontra a sua verdadeira justificativa quando significa profundo e realista programa de redenção social.

É EM NOME dessa redenção que o Governo pede algum sacrifício, por algum tempo, nos hábitos de consumo da parte mais bem aquinhoadada do povo. E a todos pede que façam também o pequeno sacrifício adicional de não contribuir para a difusão de temores infundados.